



PSD p.8

PSD
PSD e MPLA realizam encontro histórico em Luanda



PSD p.9

PSD
"É na juventude que encontramos espaços de renovação do panorama político-partidário"

POVO LIVRE

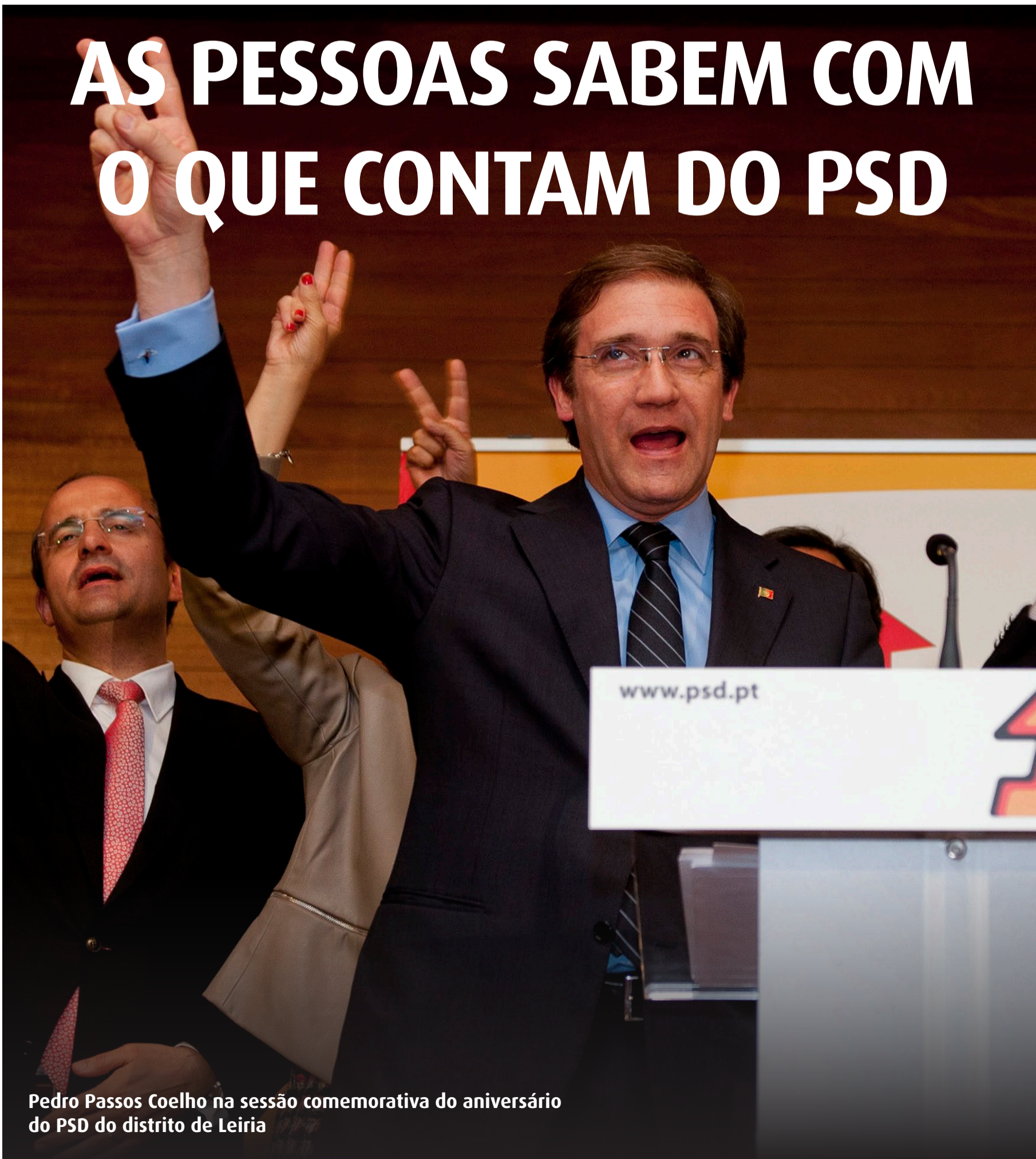


nº 1877

27 de Maio de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

AS PESSOAS SABEM COM O QUE CONTAM DO PSD



Pedro Passos Coelho na sessão comemorativa do aniversário do PSD do distrito de Leiria

“Milagres” socialistas conduziram “o país ao desastre”



O Primeiro-Ministro acusa o PS de prometer “milagres” aos eleitores, reiterando a convicção de que os socialistas não vão cumprir as regras da União Europeia. Interpelado pelo PSD, no encerramento do debate quinzenal, no Parlamento, dia 20, Pedro Passos Coelho dedicou a sua intervenção a criticar “o desfiar de anúncios que vêm sendo feitos” pelo PS. Passos Coelho defendeu que o Governo tem seguido um caminho prudente de crescimento da economia sem mais dívida, assente na atracção de investimento, e dramatizou uma eventual inversão de rumo: “Conduzirão sempre o país ao desastre”.

No dia em que o PS apresentou o seu projecto de programa eleitoral, as críticas aos socialistas foram lançadas pelo líder parlamentar do PSD. Passos Coelho subscreveu as críticas tecidas por Luís Montenegro e reiterou a convicção de que as propostas do PS são incompatíveis com as regras orçamentais da União Europeia. “Se é possível, cumprindo as regras, acabar com os cortes, com as medidas extraordinárias, pôr a economia a crescer mais depressa, ter o Estado a encaixar mais receita, ter mais emprego gerado com essas medidas, porque é tão estúpido o Governo que lá está, que quer perder as eleições e não faz isso tudo?”, questionou.

Referindo-se ao plano macroeconómico do PS que contou com a colaboração de um grupo de economistas, Passos Coelho ironizou: “Não sendo uma Bíblia, foi apresentado por doze apóstolos e parece que faz milagres”. “Mas não há milagres na economia, nem nas finanças públicas. Os portugueses hoje sabem isso muitíssimo bem”.

O Primeiro-Ministro condenou uma política económica baseada em investimento do Estado - “um Governo que decida investir o que não tem passa a factura aos portugueses, como passou no passado” - e de estímulo da procura.

Quanto ao aumento do consumo registado, sustentou que “se os portugueses estão a consumir mais é porque podem, porque há mais emprego e mais rendimento que está a ser distribuído” e rejeitou que isso esteja asso-

ciado a decisões do Tribunal Constitucional: “Tudo o que o Tribunal Constitucional entendeu do lado da despesa que não devia ser consentido nós fomos buscar pelos impostos exactamente a mesma coisa”.



Portugal não precisa da troika “para fazer o que é preciso”

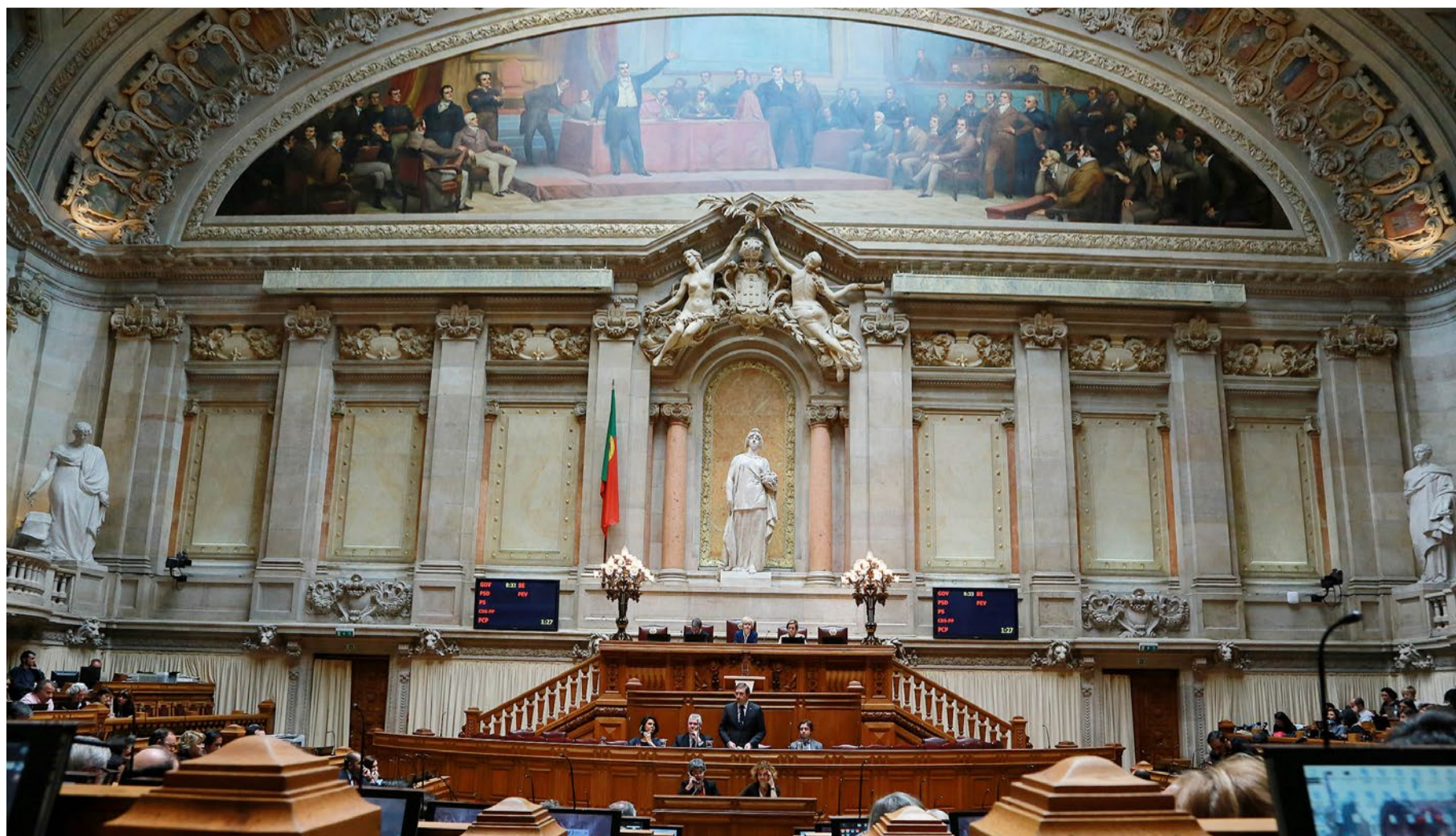
Passos Coelho mostrou-se esta “orgulhoso” com o percurso feito pelo Governo no pós-troika, considerando que o “país sabe” que o programa não termina e que está “para além”. O Primeiro-Ministro salientou ainda que o Governo conseguiu que Portugal fosse um país “que não precisa da troika para fazer o que é preciso”.

“É com orgulho uma parte significativa das medidas e das metas apontadas nesse documento estão cumpridas ou em fase de conclusão”, começou por dizer o Primeiro-Ministro, referindo depois que o “país sabia” que o programa de ajustamento não termina, salientando que é está mesmo “para além”. “A grande maioria das medidas que aqui vêm são medidas que mereceram a nossa diligente actividade e intervenção e que de um modo geral estão assumidas como fazendo parte de um processo que o país sabe que não termina, em termos em de transformação com o programa de assistência, mas estando para além dele, é indispensável que o país permaneça como um país autónomo que e não necessite de passar novamente de precisar de intervenções externas adicionais”, disse.

Pedro Passos Coelho elencou diversas medidas tomadas pelo Governo, nomeadamente as privatizações, para afirmar que agora Portugal é um país que não precisa da troika. “De um modo geral, conseguimos que Portugal fosse, externa e internamente, como um país que não precisa da troika para fazer o que é precisa”.

Pedro Passos Coelho garantiu que, até ao final do ano, com a contratação de médicos aposentados e outras medidas, todos os portugueses terão médico de família. “Estamos convencidos de que conseguiremos, até ao final do ano, com a extensão do regime excepcional para a contratação de médicos aposentados, com outras medidas, garantir que - até ao final do ano, como dizia - todos os portugueses possam ter médico de família”, disse.

Sobre o jantar/comício da coligação PSD/CDS, no sábado passado, o Primeiro-Ministro disse que, excepção feita ao PS, “todos os portugueses percebem a razão dessa comemoração”. “Não sei o que entende por insulto e desprezo pelos que sofreram. Por sabermos o que os portugueses sofreram é que tudo faremos para que a ‘troika’ não regresse”, contrapôs.



As pessoas sabem com o que contam do PSD

O líder do PSD afirmou na sexta-feira à noite, em Leiria, que o partido não tem pressa para apresentar um programa para as próximas eleições legislativas e garantiu que com os sociais-democratas “não há aventuras para ganhar eleições”. “Nós temos, portanto, de dizer às pessoas quais são as nossas prioridades, o que é que queremos fazer, o resto, não se preocupem, as pessoas sabem com o que contam do PSD. Por isso é que nós não temos pressa de apresentar programas, nem medidas, nem ideias, porque temo-las apresentado consistentemente ao longo destes anos, e as pessoas sabem com o que é que contam da nossa parte”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O presidente do PSD, que discursava dia 23, na sessão comemorativa do aniversário do partido do distrito de Leiria, sustentou que as pessoas sabem que com o partido “não há aventuras só para ganhar eleições”. “Sabem que conosco não há um sistema perfeito – ninguém é perfeito, ninguém faz tudo bem -, mas as pessoas sabem que nós identificámos os nossos problemas e não tivemos medo de atacar a causa dos problemas”, declarou, adiantando que ultrapassadas as “emergências”, o PSD quer “resolver alguns problemas estruturais” e “dar confiança ao país”.

Pedro Passos Coelho acrescentou ser necessário que “as pessoas formulem fortemente esse desejo de assumir” o que querem para o futuro, “um país de boas

contas que não diz aos seus credores apenas quando tropeja ‘ai santa barbara que estamos mal’”. “Nós não estamos à espera da próxima crise para dizer ‘ai, ai que temos de pôr a casa em ordem’. A casa em ordem põe-se todos os dias, é assim e é assim que temos de fazer todos”, defendeu, referindo que para atrair investimento para o país é necessário “trabalhar para atrair esses investidores”.

Para o presidente do PSD, “não vale a pena andar a encher a boca com direitos se não conseguirmos criar as condições para os realizar”, assinalando: “Prometer, prometemos todos. Isso é fácil, prometer é fácil, mas depois fazer é diferente”. “Nós temos de nos esforçar para responder aos problemas que temos, não podemos construir programas para futuro a pensar apenas no que fica bem e no que uma meia dúzia de supostos iluminados acha que é bom”, salientou.

Passos Coelho destaca descida do número de desempregados

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, referiu-se ainda à descida do número de desempregados e ao aumento das “ofertas de colocação bem-sucedidas”, que classificou como um “bom resultado”. “O desemprego registado homólogo - comparado com o que se passou há um ano atrás - baixou 14 por cento”, afirmou Pedro

Passos Coelho, na sessão comemorativa do aniversário do PSD do distrito de Leiria, realçando que “as ofertas de colocação bem-sucedidas aumentaram 20 por cento”.

Segundo o presidente do PSD e também primeiro-ministro, “mais pessoas conseguiram empregos através das ofertas de emprego que as empresas fazem através dos centros de emprego”, o que considerou “um bom resultado”.

“É positivo, significa que mais gente, mais jovens estão a conseguir um emprego, mas isso não nos pode fazer esquecer que há muitos que a essas oportunidades não chegarão mesmo que a economia cresça muito”, admitiu.

Antes, o líder do PSD reconheceu que o país tem “ainda um desemprego muito elevado”, mas considerou que “à medida que a economia vai retomar o seu caminho, progressivamente mais empregos serão criados.”

“Mas nós sabemos que aqueles que são desempregados de longa duração quanto mais tempo passa, mais dificuldade têm em voltar a ter uma oportunidade de trabalho e para esses nós temos que encontrar soluções específicas”, acrescentou.

O número de desempregados registados nos centros de emprego desceu 2,9 por cento em Abril, em relação a Março, e 14,2 por cento face a Abril de 2014, totalizando 573.382, divulgou na sexta-feira o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).



De acordo com os dados mensais do desemprego divulgados pelo IEFP, o número de desempregados em Abril baixou 17.223 relativamente ao mês anterior e caiu 94.641 relativamente ao mesmo mês do ano anterior.

A diminuição homóloga de desempregados inscritos nos centros de emprego ocorreu em todas as regiões do país, mas com maior incidência no Algarve (menos 17,3 por cento). A descida do desemprego homólogo em Abril, segundo o IEFP, ocorreu nos homens (-15,1 por cento) e nas mulheres (-13,3 por cento). Quanto ao grupo etário, jovens e adultos apresentaram uma descida do desemprego, respectivamente de 17,4 por cento e 13,7 por cento. Os desempregados inscritos há menos de um ano diminuíram 15,5 por cento em relação a Abril de 2014 e os desempregados de longa duração (com inscrição igual ou superior a um ano) diminuíram 12,8 por cento.

O número dos desempregados que procuravam um novo emprego diminuiu face ao mês homólogo de 2014 (-14,5 por cento) bem como o daqueles que procuravam o primeiro emprego (-11,7 por cento).



Casa do Douro conhece esta semana resultado de concurso para nova gestão

Os resultados do concurso para a gestão da Casa do Douro (CD) vão ser revelados durante esta semana, acreditando que isso dará novos instrumentos para resolver os problemas do Douro. O Primeiro-Ministro, que falava durante a inauguração da adega e centro de visitas da Quinta do Bonfim, no concelho de Alijó, disse que a ministra da Agricultura fez o despacho do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) na sexta-feira, e que durante esta semana será o momento de notificar os interessados que apresentaram as suas propostas do resultado final”.

Após a extinção da dimensão pública da CD a 31 de Dezembro de 2014, o Governo abriu em Janeiro um concurso dirigido às organizações de direito privado e sem fins lucrativo interessadas em ficar com a gestão da instituição duriense.

As duas candidaturas submetidas ao concurso foram apresentadas pela Federação Renovação Douro e a Associação dos Lavradores Durienses (ALD) e a escolha da vencedora é feita pelo IVV. “Julgo que assim teremos condições para passar a uma nova fase que não vai resolver tudo, porque continuamos a ter vários problemas no Douro, mas que nos dará outros instrumentos para os poder resolver e não há dúvida de que precisamos de ter capacidade de gestão e de investimento”, destacou.

O Primeiro-Ministro exortou a que todos, desde viticultores, comerciantes, quem está no Douro e em Gaia, de que remem para o mesmo lado, da mesma maneira que o rio corre para a foz do Douro. Também Paul Symington, da família responsável



pelo investimento na Quinta do Bonfim, aproveitou para alertar para a questão da CD, referindo estar ansioso pela formação de uma nova equipa, porque diz que o vazio que actualmente se verifica não pode continuar.

Criada em 1932, a Casa do Douro possui uma dívida ao Estado na ordem dos 160 milhões de euros. Para resolver o problema da organização, o Governo preparou um plano que incluía um acordo de dação em cumprimento, de troca de dívida por vinho, e uma alteração legislativa que transforma o estatuto de direito público e inscrição obrigatória em associação de direito privado e de inscrição voluntária.

Governo anunciará “oportunamente” próximo governador do Banco de Portugal

O Governo tomará uma decisão sobre o próximo governador do Banco de Portugal, cujo mandato termina em Junho. “O mandato do senhor governador deverá terminar em Junho deste ano. O Governo não deixará oportunamente de tomar uma decisão quanto ao próximo governador do Banco de Portugal, é uma questão que será objecto de uma decisão do próprio Governo, que deverá merecer audiência parlamentar e que depois será confirmada pelo próprio Governo”, afirmou Pedro Passos Coelho. O Primeiro-Ministro, que falava à margem da inauguração do quartel dos bombeiros de Alijó, fez questão de confirmar que já falou com a ministra das Finanças sobre esta matéria, salientando que há “uma sintonia” quanto àquilo que será a decisão do Governo, contrariando assim também notícias “que apareceram”.

Questionado sobre as declarações do líder do PS, António Costa, que disse querer ser ouvido sobre esta questão, Passos Coelho reforçou que esta é uma “escolha do Governo, nos termos da lei, e o Governo respeitará a própria lei e fará a sua escolha”. “Não quer dizer que isso não signifique que possa ser mais ou menos consensual junto de outros sectores políticos. No passado todos os Governos fizeram as suas escolhas e o actual governador foi escolhido pelo anterior Governo”, salientou. Lembrou ainda que um Governo PSD “já não designa um governador há mesmo muitos anos”.



Novo Museu dos Coches abriu ao público



O novo Museu Nacional dos Coches, em Belém, abriu dia 23 de Maio, ao público, com um programa de entrada gratuita que incluiu desfile da Charanga a Cavalo da GNR e uma exibição da Escola Portuguesa de Arte Equestre. A data foi marcada para assinalar o 110.º aniversário da inauguração do museu original, em 1905, por iniciativa da rainha D. Amélia, mulher do rei D. Carlos I. O novo museu foi inaugurado pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro. As entradas no novo museu custam seis euros e passam a oito quando estiver concluído o projecto museográfico do edifício, segundo a Secretaria de Estado da Cultura (SEC). No antigo edifício do Museu dos Coches, no Picadeiro Real, que continuará aberto ao público, as entradas vão custar quatro euros, menos dois que o cobrado até agora.



PSD e MPLA realizam encontro histórico em Luanda

As direcções do PSD e do MPLA, partidos que sustentam os governos de Portugal e de Angola, respectivamente, analisaram, dia 19, em Luanda, as vias conducentes ao estabelecimento de uma cooperação mais profícua entre as duas formações políticas. Os termos do acordo foram discutidos durante uma reunião entre os dois partidos, chefiados pelos respectivos vice-presidentes Marco António Costa (PSD) e Roberto de Almeida (MPLA).

Em declarações à Imprensa, no final da reunião que durou quase duas horas, o vice-presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola afirmou tratar-se do encontro mais importante que as direcções dos dois partidos já realizaram nos últimos tempos. “Este encontro veio confirmar os contactos anteriores e serviu para perspectivar o relacionamento futuro, num quadro mais reforçado e com o envolvimento de outras instituições de cada um dos dois partidos”, realçou.

O dirigente angolano precisou que o encontro proporcionou a troca de impressões que permitirão alinhar os passos a dar para a assinatura de um acordo de cooperação, assim como questões ligadas ao quadro actual da economia de cada um dos dois países.

“Neste aspecto, informamos os passos que estão a ser dados, relativamente às medidas para se ultrapassar o problema resultante da baixa do preço do petróleo no mercado internacional”, explicou o vice-presidente do MPLA.

Segundo Roberto de Almeida, durante o encontro também foi manifestado o interesse de Angola em continuar com a cooperação comercial com Portugal, no interesse dos respectivos povos, embora tenha registado um decréscimo, ultimamente.

“Do lado português também foi-nos traçado o quadro económico actual, inserido na economia europeia e qualquer das partes manifestou a esperança de breve alteração desses quadros presentes, uma vez que, em diversas instâncias, estão a ser analisadas questões económicas que poderão ter impacto nos dois países”.

À saída da reunião na sede nacional do MPLA, Marco António Costa classificou o encontro, em que participaram as mais altas figuras do partido no poder em Angola desde 1975, como “muito útil e proveitoso”. “É uma reunião histórica porque é a primeira vez que os dois partidos se reúnem ao mais alto nível”, disse Marco António Costa, após analisar com a direcção do MPLA a situação social e económica de Portugal e de Angola, bem como o momento actual dos vários níveis das relações bilaterais.

“Deixamos portas abertas e pontes abertas para no futuro continuar a haver um diálogo construtivo entre os dois países, de forma mais regular e mais permanente”, afirmou Marco António Costa, apontando a meta de uma “abrangência mais ampla” nas relações com o MPLA.

“É muito importante continuar a haver investimento estrangeiro em Portugal, nomeadamente angolano”, rematou Marco António Costa, enquanto o vice-presidente da MPLA sublinhou que as diferenças ideológicas entre os dois partidos não são impeditivas do reforço das relações. “O MPLA tem relações com formações políticas de todos os quadrantes. Nós colocamos as relações políticas acima das ideologias”.

Atenção de Angola aos portugueses é “reconfortante”

O vice-presidente do Partido Social Democrata (PSD), Marco António Costa, classificou como “reconfortante” a atenção das autoridades angolanas à comunidade e empresas portuguesas no país, tendo em conta o actual cenário de dificuldades económicas em Angola.

De acordo com Marco António Costa, existe uma preocupação “recíproca”, entre os governos de Portugal e de Angola, sobre a “necessidade de garantir a capacidade de laboração” das empresas nacionais instaladas no país. “Nomeadamente a reposição de ‘stocks’ e a capacidade de continuar a desenvolver a sua actividade com normalidade”, apontou.

Em causa está a crise financeira provocada pela quebra da cotação internacional do petróleo, que já levou o Governo angolano a rever o Orçamento Geral do Estado para 2015, cortando um terço de todas as despesas anteriormente previstas.

Em paralelo, a redução da entrada de divisas no país, também devido à redução das receitas petrolíferas, está a limitar o envio de remessas para Portugal, por trabalhadores nacionais em Angola, e a dificultar o pagamento de facturas internacionais às empresas, incluindo as portuguesas.

“Mas existe uma atenção das autoridades angolanas relativamente à situação concreta da comunidade portuguesa e das empresas portuguesas. Isso, para nós, é reconfortante, porque obviamente é um tema cimeiro nas nossas preocupações”, afirmou Marco António Costa.



Além de várias reuniões com dirigentes do MPLA, a comitiva do PSD também se reuniu com empresários portugueses em Angola, tendo abordado nomeadamente a operacionalização de uma linha de crédito recentemente disponibilizada por Portugal às empresas nacionais que operam no país. “Ouvimos algumas preocupações relativas à agilização dos processos em Portugal, no que diz respeito a essa linha de crédito dos 500 milhões de euros, mas também ouvimos palavras reconfortantes da importância que tem para as nossas empresas”, admitiu.

Para Marco António Costa, é agora necessário garantir que essa linha de crédito, para apoiar sobretudo problemas de tesouraria, “cumpra o seu papel”, mas “num tempo útil”, ou seja com “maior celeridade” no tratamento dos processos burocráticos.

Além de Marco António Costa, a delegação do PSD integra o eurodeputado e presidente da Mesa do Congresso, Fernando Ruas, o secretário-geral José Matos Rosa, e o deputado do PSD pelo círculo fora da Europa, Carlos Páscoa.

Matos Rosa na sessão de abertura de “Aveiro em Formação”

“É na juventude que encontramos espaços de renovação do panorama político-partidário”

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve presente na sexta-feira, 22 de Maio, na sessão de abertura da iniciativa da JSD Regional de Aveiro “Aveiro em Formação”. José Matos Rosa aproveitou o referido momento para dar uma palavra de apreço e agradecimento a todos os jovens presentes. Para o secretário-geral o “fortalecimento da Democracia passa pela reinvenção dos partidos e é na juventude que encontramos espaços de renovação do panorama político-partidário”. “É nas gerações mais novas e na sua energia que depositamos toda a confiança para lidar com os problemas do nosso país”, disse.

No decorrer da sua intervenção, José Matos Rosa também destacou que agora finalmente é possível ter uma nova ambição para o nosso país em virtude do trabalho efectuado pelo actual Executivo nos últimos quatro anos. “A razão por que podemos ter uma nova ambição para Portugal é porque este Governo cumpriu o que os Portugueses esperavam que ele cumprisse”, avançou.

Este é o tempo de ter esperança. Esperança num Portugal melhor para as próximas gerações: “Devemos ter esperança porque fomos, somos e seremos sempre capazes de respeitar a dignidade da pessoa e reconhecer a família como a base da nossa sociedade”, reconheceu José Matos Rosa, afirmando mesmo que “o presente dá-nos uma imensa esperança para o futuro e espero que esta vossa acção de formação seja de grande utilidade para melhor vos preparar para todos estes combates”.

“A Social-Democracia constrói-se transformando Portugal num país sólido”

José Matos Rosa participou no sábado, 23 de Maio, na comemoração do aniversário do PSD na Maia, distrito do Porto. O secretário-geral do Partido Social Democrata começou a sua intervenção por destacar o crescimento da economia portuguesa. “Temos hoje a oportunidade de ver a nossa economia a crescer em termos reais acima daquilo que foi a sua média durante muitos anos, em



anos de abundância. Nos dois últimos, Portugal conseguiu um saldo das suas contas externas positivo porque a sua economia está a funcionar”, disse.

Para José Matos Rosa não podemos, de forma alguma, desvalorizar o trabalho que tem vindo a ser efectuado pelo actual Governo. “Quando nós desprezamos aquilo que alcançámos e não valorizamos suficientemente a confiança e a esperança que se abre à nossa frente, o que temos a perder é muito mais do que o que pensa-

mos”, afirmou.

Sobre o Programa Eleitoral do Partido Socialista, José Matos Rosa foi claro: trata-se de propostas que representam “um regresso ao passado, um regresso à bancarrota”: “As propostas de António Costa apontam para o regresso a um passado sem sustentabilidade económica, o passado de um País que gasta mais do que tem, um País à beira da bancarrota”. “É o regresso da política do endividamento excessivo; é o regresso da política da irresponsabilidade; é o regresso da política que assombrou Portugal e o levou a uma situação de rotura”.

O secretário-geral do PSD aproveitou também a oportunidade para evidenciar a força de ser social-democrata. “A social-democracia constrói-se transformando Portugal num país sólido, com as contas equilibradas, a crescer sustentadamente, com capacidade para criar emprego. Defender a social-democracia é defender a liberdade, a igualdade de oportunidades, a justiça social e a solidariedade”.

Agora Portugal e os Portugueses têm pela frente um caminho de esperança e de optimismo. “É disso que se trata: trilhar um novo caminho, um caminho de esperança, confiança no futuro e de optimismo”, disse.

Marcelo Rebelo de Sousa, antigo líder do PSD, também esteve presente nesta cerimónia.



Cimeira de Riga foi “extremamente positiva”

O ministro dos Negócios Estrangeiros considerou, no final da IV Cimeira da Parceria Oriental, em Riga, que a reunião foi “extremamente positiva”, apesar de ocorrer num contexto difícil, por causa do conflito entre Ucrânia e Rússia. Rui Machete afirmou que a declaração final conjunta adoptada pelos líderes da UE e das seis antigas repúblicas soviéticas que fazem parte da “Parceria Oriental” (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia), representa uma “solução muito equilibrada”, já que prevê um tratamento diferenciado para cada um dos seis países, estimulando a cooperação económica com a UE, mas sem os “obrigar” a escolher entre a Rússia e o bloco europeu, o que seria o cenário mais indesejável no actual contexto. “Os resultados foram extremamente positivos, porque depois de Vilnius, há dois anos (...) esta reunião apresentava-se difícil, depois do conflito da Ucrânia com a Rússia, e, na realidade, a solução a que se chegou foi uma solução muito equilibrada, porque é uma solução de abertura ao diálogo, mas para que cada país tenha um tratamento diferenciado”, assinalou.

O ministro apontou que a parceria poderá “incluir no futuro acordos de associação com países que ficaram sob esfera de influência russa, que satisfazem os interesses do ponto de vista do comércio e da cooperação económica com a União Europeia, dando portanto a possibilidade a esses países de progredir, e, simultaneamente, não os obriga a uma situação de confronto com a Rússia, que seria impossível” no actual contexto.

Afirmando que “não é previsível” no horizonte mais próximo um processo que leve à adesão de qualquer dos países da parceria a Leste, Rui Machete preferiu destacar os passos que foram dados no sentido de reforçar a cooperação económica, o que, “depois dos acontecimentos” que tiveram lugar desde a cimeira de Vilnius, em 2013, “não era previsível que pudesse vir a dar-se tão cedo”, pelo que se trata de “um progresso muito significativo e muito



importante”.

Machete deslocou-se a Riga juntamente com o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, que, na quinta-feira à noite depois de um jantar de trabalho dos chefes de Estado e de Governo, afirmou que a Rússia não deve olhar para a política europeia de vizinhança a Leste “como se fosse sua inimiga”.

A IV Cimeira entre os 28 Estados-membros e os seus parceiros a Leste, concluída dia 22, em Riga, Letónia a poucos quilómetros da Rússia, teve lugar num contexto de relações muito frias entre a UE e Moscovo, em virtude do conflito na Ucrânia, que

teve origem precisamente numa anterior cimeira da Parceria Oriental, em Novembro de 2013, em Vilnius.

Nessa cimeira celebrada na capital da Lituânia, o então presidente ucraniano Viktor Ianukovich renunciou, à “última hora”, a assinar o acordo de associação que havia sido negociado entre Kiev e os seus parceiros europeus – uma aproximação que foi sempre do desagrado do Kremlin -, levando a manifestações que acabariam por ditar o seu afastamento e provocar o conflito separatista no país, que prossegue passado cerca de ano e meio. O conflito armado entre o exército ucraniano e os rebeldes pró-russos já fez mais de 6.200 mortos desde Abril de 2014.

Governo contrata 400 médicos

O Ministério da Saúde anunciou a contratação, este ano, de médicos reformados, até um máximo de 400, para suprimir a carência destes profissionais, em particular na área de Medicina Geral e Familiar, no Serviço Nacional de Saúde (SNS). O despacho que autoriza a contratação foi publicado a 20 de Maio, Dia Mundial da Medicina Familiar, em Diário da República, e é assinado pelos ministros da Saúde, Paulo Macedo, e das Finanças, Maria Luís Albuquerque.

Segundo a Associação de Medicina Geral e Familiar, um milhão e 300 mil pessoas não têm médico de família, com Lisboa e Algarve a terem mais carências de clínicos,

na ordem dos 30 por cento.

O diploma publicado determina que os médicos aposentados que forem contratados para o SNS possam acumular a pensão com um terço da remuneração que corresponda às funções que vão desempenhar, a tempo inteiro ou parcial.

Em comunicado, o Ministério da Saúde adianta que estão em formação 1.753 médicos da especialidade de Medicina Geral e Familiar, encontrando-se a aguardar colocação 237 recém-formados, que, “tudo indica, entrarão no concurso que está a decorrer”.

Para o fim do ano, “está previsto novo concurso para os 112 especialistas que se formam na segunda fase”, acrescenta a nota. De acordo com a tutela, faltam 652 médicos de família, dos quais 421 na região de Lisboa e Vale do Tejo, que, com o Algarve, é a zona com menor número destes profissionais.

O comunicado precisa que, dos dez milhões de utentes inscritos nos centros de saúde, um milhão e 283 mil não têm médico de família.

No final da Conferência anual do Infarmed, o ministro da Saúde afirmou acreditar que os médicos

reformados vão regressar ao SNS, classificando as condições que o Estado oferece a estes profissionais como “únicas”. “Estas condições são únicas. Não há mais nenhum português que seja convidado pelo Estado a ter estas condições de remuneração”.

O ministro acredita que os médicos reformados “querem voltar” com as condições apresentadas, referindo que ao estado cabe “convidá-los a regressar”. Questionado sobre se o Estado não terá levado os médicos a reformarem-se antecipadamente, o ministro disse que estes profissionais, tal como os outros funcionários públicos, têm vindo a reformar-se antes dos 65 anos. “Os médicos têm condições que outros portugueses não têm. Têm pleno emprego, porque os portugueses precisam deles”, sublinhou Paulo Macedo, recordando que até agora cerca de cem clínicos tinham optado por regressar ao SNS, após a reforma.

Segundo Paulo Macedo, “o Estado está a fazer um esforço adicional para dar uma melhor remuneração aos médicos, porque precisa” deles.

O ministro ressaltou, contudo, que esta é apenas uma das medidas que o Executivo tem vindo a concretizar com vista a todos os portugueses terem médico de família, como o recrutamento de todos os clínicos após a sua especialidade, entre outras.



Fundos Europeus só para reabilitar património gerador de desenvolvimento



O secretário de Estado da Cultura afirmou, em Ponte de Lima, que os novos fundos comunitários destinados à reabilitação de património vão privilegiar o “desenvolvimento diferenciado dos territórios e a sua competitividade”. “Não é uma visão economicista mas uma visão integrada de gestão do território”, sustentou o governante, que falava à margem dos trabalhos da primeira Convenção Nacional do Património Histórico-cultural, realizada naquela vila do Alto Minho, dia 20.

Jorge Barreto Xavier adiantou que o modelo de financiamento nesta área “é diferente” do praticado no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). “A maneira de olhar os novos fundos comunitários é na perspectiva do resultado. Ou seja, apresenta-se uma candidatura, e essa candidatura tem que estar associado um resultado”, apontando como exemplo o desenvolvimento do território, promoção turística e criação de emprego. “Pretende-se que a candidatura argumente a favor do desenvolvimento”, frisou, adiantando que “até final deste ano” deverão abrir as candidaturas ao Portugal 2020 “para poderem começar a ser concretizadas no ano seguinte”.

“Os autarcas e as comunidades intermunicipais vão ter que fazer opções como sempre tiveram que fazer opções porque, felizmente, nós temos muito património mas é impossível que o Estado acorra a todas as reabilitações de património desejadas pelos municípios ou por privados”, sustentou.

Para Jorge Barreto Xavier o modelo dos novos fundos europeus pretende evitar os erros do passado. Como exemplo apontou “o dinheiro gasto” na década de 90 na reabilitação ou construção de cine teatros em todo o país.

“Gastou-se muito dinheiro na reabilitação desses equipamentos, sem projecto associado de funcionamento, gestão e desenvolvimento, e muitos estão hoje fechados ou só abrem de vez em quando. Ora isso é inaceitável e não queremos que volte a acontecer”.

O governante sublinhou ainda que durante o mandato deste Governo, “entre investimento europeu, e fundos públicos foram investidos mais de 100 milhões de euros em reabilitação de património em todo o país”.

Adiantou que o governo promoveu ainda “mais de 900 classificações de património cultural edificado definindo zonas de protecção”. “Trata-se de um número expressivo. É o maior movimento de classificação de património da nossa história”, frisou.

O secretário de Estado da Cultura, que encerrou a primeira Convenção Nacional do Património Histórico-cultural, organizada em parceria entre a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico (APMCH) e a Câmara de Ponte de Lima, entregou ainda a Medalha de Mérito Cultural a Adriano Vasco Rodrigues e a Francisco Manuel Lopes.

Adriano Vasco Rodrigues é autor de várias obras e estudos de investigação histórica, artística e arqueológica, tendo contribuído para um maior conhecimento ao nível da arqueologia peninsular. Em 1996, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Infante Dom Henrique, tendo recebido, ao longo da sua carreira, Medalhas de Mérito da cidade do Porto, da Guarda e do município de Almeida. Francisco Manuel Lopes tem contribuído, ao longo da sua carreira, para a salvaguarda dos centros históricos em Portugal, tendo sido, durante vários mandatos, presidente da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH).

Portugal emitiu dívida a taxas negativas pela primeira vez

Portugal colocou 1.500 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro (BT) a seis e a 12 meses, com a taxa a seis meses a ser negativa, o que acontece pela primeira vez. Segundo dados do IGCP, publicados na página da agência Bloomberg, a taxa de juro média a 12 meses fixou-se em 0,021 por cento, enquanto a taxa média a seis meses se fixou em -0,002 por cento.

De acordo com a página da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) na agência Bloomberg, em BT a seis meses foram colocados 300 milhões de euros a uma taxa média de -0,002 por cento, pela primeira vez desde sempre negativa e abaixo da do anterior leilão comparável, de 0,047 por cento, a 18 de Março. A procura foi 4,61 vezes superior ao montante colocado, já que atingiu 1.382 milhões de euros.

Em BT a 12 meses foram colocados 1.200 milhões de euros a uma taxa de juro média de 0,021 por cento, também inferior à de 0,094 por cento praticada no anterior leilão comparável em 18 de Março. Em relação à procura de BT a 12 meses, esta cifrou-se em 2.365 milhões de euros, 1,97 vezes superior ao montante colocado.

No anterior leilão de BT a seis meses, que ocorreu a 18 de Março, o Estado conseguiu colocar 300 milhões de euros a uma taxa média de 0,047 por cento, enquanto no anterior leilão de BT com maturidade de um ano, que ocorreu na mesma data, foram colocados 950 milhões de euros a uma taxa média de 0,094 por cento. Os dois leilões de dia 20 de Maio, estavam já previstos no calendário de financiamento para o segundo trimestre do ano, que aponta ainda para a realização de mais dois leilões de BT, que deverão ocorrer em meados de Junho.

Estes leilões deverão ter uma maturidade de três e 11 meses e um montante indicativo global entre 1.000 e 1.250 milhões de euros, de acordo com a página oficial do IGCP. Neste segundo trimestre, está prevista ainda a emissão de dívida de longo prazo, através da combinação de sindicatos e leilões de Obrigações de Tesouro, esperando-se uma colocação de 1.000 a 1.250 milhões de euros por leilão. No programa de financiamento do Estado para 2015, divulgado em Janeiro, o IGCP previu a emissão bruta de até 14.000 milhões de euros em dívida de médio a longo prazo ao longo do ano para cobrir as necessidades de financiamento, embora o documento não incluisse o pagamento antecipado de parte do empréstimo contraído junto do Fundo Monetário Internacional.

40.º aniversário do PSD dos Estados Unidos

No passado dia 17 de Maio, o PSD dos Estados Unidos da América iniciou em Palm Coast, no estado da Flórida, um ciclo de eventos, para celebrar os 40 anos desde da sua fundação, celebrações que irão realizar-se durante os próximos meses em diversas cidades norte-americanas. Em Palm Coast, a data foi celebrada durante um encontro que reuniu militantes e simpatizantes, nomeadamente a deputada Maria João de Ávila e o co-fundador Manuel Viegas, actualmente a residirem naquela cidade, onde reside uma larga comunidade portuguesa.

O PSD/EUA foi o primeiro partido político português nos Estados Unidos, registado no Departamento de Estado em Washington, como PPD, hoje PSD, pelo fundador do partido e ex-Primeiro-Ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro, juntamente com o militante histórico do PSD nas comunidades, o saudoso Manuel Parente. “Passaram quatro décadas, e o maior partido português, o PSD junto da diáspora portuguesa no mundo, continua nos Estados Unidos, a ser uma referência de Estabilidade; de Compromisso; de Honra, de Solidariedade e de Humanismo”, referiu Mário Filipe Marques, numa mensagem dirigida a todos os militantes, via Facebook, impossibilitado por motivos profissionais de estar presente na Florida.

A actual direcção da Comissão Política descentralizou a Secção PSD/EUA, abrindo o partido aos militantes de base, criando assim vários núcleos sociais-democratas nas comunidades portuguesas de maior dimensão demográfica. É nestes núcleos do Norte ao Sul dos Estados Unidos, onde se irão realizar durante os meses de Verão, as próximas celebrações dos 40 anos do PSD.



Conselho de Ministros de 21 de Maio de 2015



1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei sobre o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria que transpõe uma directiva da União Europeia relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegura a execução de um regulamento da União Europeia sobre os requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.

Na sequência desta decisão são alterados os estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), do Código dos Valores Mobiliários e do Código das Sociedades Comerciais.

O regime jurídico da supervisão de auditoria regula a actividade de supervisão pública de revisores oficiais de contas (ROC), das sociedades de revisores oficiais de contas (SROC), de auditores e entidades de auditoria de Estados-Membros da União Europeia e de países terceiros registados em Portugal, definindo a competência, a organização e o funcionamento desse sistema de supervisão, em articulação com o disposto quanto a entidades de interesse público.

Só podem exercer funções de interesse público os ROC, SROC e auditores e entidades de auditoria de Estados-Membros que se encontrem registados ou reconhecidos, consoante aplicável, na CMVM, nos termos Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta lei que transpõe uma directiva da União Europeia Directiva sobre a resolução alternativa de litígios de consumo e que estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo.

Trata-se de uma directiva que estabelece requisitos de qualidade harmonizados para entidades de resolução alternativa de litígios (RAL), e para os respectivos procedimentos, a fim de assegurar que os consumidores tenham acesso a mecanismos extrajudiciais de resolução de elevada qualidade, transparentes, eficazes e equitativos, independentemente do lugar da União Europeia em que residam.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei de alteração ao Código da Estrada.

Esta alteração tem como principal objectivo implementar o regime da carta de condução por pontos.

A carta por pontos constitui uma das acções chave da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, adoptando-se agora um sistema sancionatório mais transparente, de fácil compreensão, que se espera ter um impacto positivo no comportamento dos condutores, uma vez que aumenta o seu grau de percepção e de responsabilização.

Trata-se de promover uma actualização do regime vigente, acompanhando a maioria dos países europeus, onde o regime da carta por pontos se encontra plenamente consagrado e estabilizado.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei de alteração ao Código Civil e à Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, reforçando a operacionalização das entidades competentes em matéria de infância e juventude e clarificando a articulação da intervenção de base no território.

É revista profundamente a matéria respeitante à prestação de apoio ao funcionamento das comissões de protecção por parte do Estado, mediante a clarificação, densificação e ampliação da prestação de apoio, quer na vertente logística, quer na vertente financeira.

Consagra-se ainda a possibilidade de redefinição das competências territoriais das comissões de protecção, através da criação de comissões intermunicipais, quando tal se justifique, por acordo entre municípios adjacentes.

É ainda de realçar que se reserva sempre ao Ministério Público, representante supremo da defesa dos direitos das crianças e jovens em perigo, o juízo de oportunidade relativo à intervenção judicial de promoção e protecção, mesmo nos casos em que estariam reunidos os pressupostos de intervenção da comissão de protecção.

As alterações introduzidas ao nível do processo judicial de promoção e protecção relevam essencialmente do propósito de agilização do processo, em ordem à oportunidade da resposta de protecção, bem como do reforço de garantias dos intervenientes processuais, conforme era há muito reclamado.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei sobre o regime geral do processo tutelar cível.

Esta reforma tem em conta a realidade dos graves danos psicológicos potencialmente sofridos pelas crianças em contextos de ruptura conjugal e consequente perturbação dos vínculos afectivos parentais, especialmente agravada nas situações de violência doméstica intrafamiliar.

Assim, o novo regime processual tem como principal motivação introduzir maior celeridade, agilização e eficácia na resolução desses conflitos, através da racionalização e da definição de prioridades quanto aos recursos existentes, em benefício da criança e da família.

Na concretização desse objectivo são definidos novos princípios e procedimentos destinados a simplificar e a reduzir a instrução escrita dos processos, privilegiando, valorizando e potenciando o depoimento oral, quer das partes, quer da assessoria técnica aos tribunais, nos processos tutelares cíveis e, em especial, no capítulo relativo ao exercício das responsabilidades parentais e seus incidentes.

Na instrução dos diferentes processos sobre a mesma criança ou sobre as crianças da mesma família, procura-se que haja apenas um gestor de processo, capaz de concentrar toda a informação, na sequência de uma adequada articulação.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei sobre o Regime Jurídico do Processo de Adopção, procedendo-se à alteração do Código Civil.

O Regime Jurídico do Processo de Adopção reúne num único diploma todo o acervo normativo que regulamenta a adopção, com excepção apenas das normas substantivas previstas no Código Civil.

Faz-se agora depender o encaminhamento para a adopção ou a adoptabilidade unicamente de confiança administrativa ou medida de promoção e protecção.

Elimina-se por outro lado, a modalidade de adopção restrita, o que resulta do propósito de racionalização do instituto, de encontro à sua expressão mais plena, contribuindo, de igual modo, para uma definição mais clara dos pressupostos da adoptabilidade.

É também criado um Conselho Nacional de Validação, inovação que introduz no processo de adopção, por um lado, uma responsabilidade acrescida para as equipas técnicas de adopção, capaz de proporcionar maior consistência nas decisões, sendo que, por outro lado, a introdução da colegialidade das decisões nas propostas feitas pelas equipas técnicas de adopção assegura a harmonização dos critérios utilizados e contribui para a diminuição da margem de subjectividade das decisões.

Por último, é consagrada a criminalização da intervenção não autorizada em matéria de adopção e do exercício ilegítimo de actividade mediadora em adopção internacional, estabelecendo-se, desta forma, mecanismos de dissuasão e de controlo de práticas abusivas.

7. O Conselho de Ministros aprovou ainda um diploma que define a missão, atribuições e tipo de organização interna e funcionamento da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens.

Esta decisão tem como objectivo principal fortalecer a capacidade de intervenção Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens, que passam a ter autonomia administrativa e financeira, com ampla cobertura do território nacional por comissões de protecção de crianças e jovens em perigo, proporcionando a estas comissões um acompanhamento qualificado de proximidade.

8. O Conselho de Ministros aprovou os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Estado e as entidades do sector social e solidário.

Esta decisão visa ampliar e reforçar a visão de uma parceria com as entidades do sector social e solidário, passando a abranger as diferentes áreas sociais do Estado, nomeadamente segurança social, saúde e educação, de forma a permitir o desenvolvimento de novos modelos de respostas.

9. O Conselho de Ministros aprovou a Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas.

Esta Convenção visa detectar, disciplinar e reprimir a manipulação de competições desportivas, reforçando a cooperação internacional e o intercâmbio de informações entre as autoridades públicas, as organizações desportivas e os operadores de apostas desportivas, bem como o acompanhamento da aplicação das regras subscritas.

Com a assinatura de uma Convenção internacional sobre a manipulação de competições desportivas passa a existir uma abordagem universal desta matéria, ao ser adoptado um quadro regulamentar comum, susceptível de combater eficazmente e a nível transnacional os fenómenos que afectam a integridade das competições desportivas e, em geral, a integridade do fenómeno desportivo.

O Conselho da Europa, e os países subscritores desta Convenção, procuram, assim, combater de forma concertada e eficaz a manipulação dos resultados desportivos relacionados com apostas ilegais e manipulação de resultados, de que são conhecidos vários casos que provocaram um sério dano na imagem do desporto em alguns países, em particular europeus.

10. O Conselho de Ministros decidiu abrir uma fase de negociação com dois dos proponentes de apresentaram propostas vinculativas no processo de reprivatização da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S.A..

11. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia relativa à comercialização de mel, no que respeita à rotulagem daquele produto.

12. O Conselho de Ministros aprovou a classificação como obra de interesse regional do grupo II o aproveitamento hidroagrícola da Vigia.

Sob gestão da Associação de Beneficiários da Obra da Vigia desde 1991, o aproveitamento revelou-se capaz de assegurar uma reconversão cultural essencial para uma melhoria da repartição do rendimento agrícola, modificando radicalmente o perfil económico da região.

É, assim, pelo elevado interesse deste empreendimento para o desenvolvimento agrícola da região que se aprova a sua classificação.

13. O Conselho de Ministros reconheceu o interesse público do Instituto Politécnico da Maia, estabelecimento de ensino superior privado designado por IP Maia.

14. O Conselho de Ministros determinou a adjudicação do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas à MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., na sequência de concurso público.

Com esta decisão assegura-se a continuação da prestação do serviço universal de listas telefónicas e serviço informativo (o serviço 118) após o termo do contrato actualmente em vigor para a prestação deste serviço.

Foram admitidas duas propostas, tendo o júri do concurso proposto, no relatório final, a classificação em primeiro lugar da proposta da MEO, Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., pelo valor global de cerca de 3,523 milhões de euros, encargo a suportar pelo fundo de compensação do serviço universal de comunicações electrónicas.

Luís Montenegro no debate quinzenal

PS está numa “deriva eleitoralista” com o “milagre das rosas” de renovação do panorama político-partidário”

Durante o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro considerou que os trabalhos começaram bem, não só porque Passos Coelho apresentou um elenco muito significativo do que Portugal foi capaz de fazer no período pós-troika, mas também a única contestação do PS foi perguntar porque é que comemoramos a saída da troika. “O PS não compreende porque é que se comemora a saída da troika. Então os portugueses haviam de comemorar o quê, a entrada da troika em Portugal? É muito difícil perceber quem não é capaz de se reencontrar com a história”.

Luís Montenegro falou em “milagre das rosas” para pôr em causa a credibilidade das promessas do PS, acusou os socialistas de estarem numa “deriva eleitoralista”, com a mesma receita do passado, e comparou-os ao Syriza ao falar em “versão portuguesa do conto de crianças” - expressão que Passos Coelho tinha utilizado para comentar o programa do Governo grego. “Vejam bem, em meia dúzia de dias, o PS já prometeu baixar o IVA, baixar o IRS, baixar a Taxa Social Única, voltar às 35 horas, repor os feriados, subir o salário mínimo nacional, desfazer todas as reformas estruturais e, claro, lançar já as bases para o regresso de um novo programa de investimento público desenfreado. É isto que o PS tem dito ao país nos últimos dias”.

Não obstante esta postura assumida pelos socialistas, o presidente do grupo parlamentar do PSD sublinhou que a verdade é que um ano depois de termos terminado o nosso programa de assistência financeira Portugal está a crescer, a economia está a crescer, o PIB cresceu, os índices de confiança de actividade económica estão a crescer, os juros da nossa dívida estão historicamente baixos, as nossas exportações bateram o recorde. “Estas são boas notícias. Eu não acredito que haja alguém que não considere que isto são boas notícias. Por trás destes resultados estão oportunidade de emprego, está o equilíbrio financeiro do Estado. Por trás dos números e das estatísticas está o bem-estar das pessoas, das famílias e das empresas portuguesas. Mas o PS está desanimado e desiludido pelo facto de Portugal ter alcançado estes resultados”.

Recordando as tentativas de amedrontar e assustar os portugueses, Luís Montenegro recordou ainda a postura assumida pelo PS que desrespeita duplamente os portugueses, “porque não reconhece a capacidade dos portugueses superarem as dificuldades e porque não reconhece os resultados positivos que temos alcançado”. “Mas o PS tem sido coerente e vai continuar a ser. Em meia dúzia de dias o PS já prometeu baixar o IVA, baixar o IRS, baixar a TSU, voltas às 35 horas,



repor os feriados, subir o salário mínimo, desfazer todas as reformas estruturais e lançar as bases para o regresso do novo programa de investimento público desenfreado. Mas depois vem o milagre das rosas, pois o PS vai fazer isto tudo e vai cumprir o Tratado Orçamental, baixar o défice, a dívida e o desemprego. O PS está igual a si próprio”.

Ainda em relação ao PS, o líder da “bancada laranja” referiu-se à arrogância do líder do PS no caso da privatização da TAP. “O douto António Costa disse ao país: «que ninguém pense comprar mais de 49% do capital da TAP». O PS lançou a privatização da TAP em Portugal, colocou a privatização nos PEC’s e no memorando e agora vem ameaçar que se ganhar as eleições as decisões legítimas que foram tomadas não vão ser respeitadas. Isto tem de ser denunciado. Uma coisa é discordar de um modelo de privatização, outra é não respeitar a palavra do Estado”.

A terminar, Luís Montenegro recordou o que se passou aquando do processo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. “O que nós ouvimos na comunicação social e no Parlamento. Pois bem, o processo avançou e hoje a empresa está a crescer, a gerar emprego, a União Europeia veio dar razão à argumentação do Governo, a economia está beneficiar e preservámos a construção naval em Portugal. Nós podemos respeitar e ouvir a oposição, mas só temos um caminho: o de prosseguir, de sermos firmes e de trazer bem-estar à vida dos nossos concidadãos”.



Campanha “histórica” pela diferenciação entre PSD e PS

O líder parlamentar do PSD considerou, dia 23, em Ovar, que a campanha eleitoral para as legislativas vai ser “histórica” pela maior e “virtuosa” diferenciação entre as propostas sociais-democratas e socialistas. Luís Montenegro, que discursava perante mais de 70 jovens militantes do partido no evento “Aveiro em Formação”, organizado pela JSD distrital, disse que o país já está a ter “uma campanha histórica, não só pela relevância do momento político e da escolha em causa, mas porque é, de longe, a campanha eleitoral em que os partidos políticos, de forma mais clara, se vão confrontar”.

“As pessoas diziam, com alguma razão, que havia uma certa confusão entre o PSD e o PS, que as coisas não mudavam muito”, disse o deputado, acrescentando que, “sem embargo de haver um reduto de responsabilidade e comprometimento que pode juntar estes dois grandes blocos políticos em determinadas matérias, nunca como hoje o projecto de governação foi tão fácil de distinguir entre o PS e a maioria PSD e CDS”.

Para Luís Montenegro, “esta divergência é virtuosa para Portugal” porque, ao envolver “uma distinção tão clara entre um projecto e o outro”, permite às pessoas maior “liberdade para escolher” na ida às urnas. Elogiando a “recuperação económica” registada em Portugal nos últimos quatro anos, o social-democrata realçou que “tudo começa efectivamente na economia”. Por esse motivo, considerou que, para garantir assistência a todos, independentemente da sua condição social, “o Estado tem de ser economicamente sustentável”.

Luís Montenegro realçou que os jovens militantes da JSD têm responsabilidade nessa área, enquanto projectistas das “três ou quatro décadas que têm pela frente”, e apelou a que esses elementos ajudem a ver



que a solução não é “resolver o problema momentâneo”. Como exemplo, Montenegro apontou que “António Costa já foi ministro da Justiça, quis implementar a reforma judicial e não conseguiu. Agora que o Governo o conseguiu, ele diz que vai mudar tudo. Mas não vai mudar nada – vai tentar implementar uma ou outra medida, para enganar, mas é evidente que esta reforma é imparável”.

Miguel Albuquerque

“Este é o momento certo para iniciar a transformação política” na Madeira

O presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, afirmou ser urgente que esta região entre “num novo surto de recuperação económica”. “A Madeira precisa de entrar urgentemente num novo surto de recuperação económica”, declarou o governante madeirense, no início do debate da discussão do programa do novo executivo insular do PSD que saiu das eleições legislativas antecipadas que se realizaram a 29 de Março.

Miguel Albuquerque sustentou que os objectivos políticos a atingir “são muito claros e perceptíveis”, salientando que este programa governativo “não é um programa fechado nem impermeável aos contributos positivos que possam surgir de outros quadrantes políticos ou de genuínas acções de cidadania”.

O responsável assegurou que o seu governo, apoiado pela maioria social-democrata, não tem “qualquer problema em consensualizar soluções políticas com outros partidos [no parlamento da região], desde que esses acordos estejam ao serviço do bem comum”.

“Connosco não haverá impasses nem mal entendidos”, assegurou. Miguel Albuquerque considerou que a reforma do sistema político é “um compromisso vital” e que “este é o momento certo para iniciar a transformação política que todos exigem”. Entre outros aspectos, a proposta do governo regional visa assegurar “um melhor relacionamento” entre o executivo e o parlamento, devendo os seus elementos marcar presença mensal na assembleia, “aprofundar o regime

de incompatibilidades e impedimentos”, limitar para três o número de mandatos do chefe do governo e “proibir a acumulação de vencimentos públicos com pensões e reformas”.

O chefe do executivo madeirense argumentou que “urge agora trabalhar sem preconceitos” para consagrar estas propostas e assim trazer “mais transparência, um melhor funcionamento do sistema político e que transmita aos cidadãos maior confiança nas suas instituições”.

O governante madeirense também vincou que “tem de existir um melhor relacionamento entre o Governo Regional e Assembleia Legislativa com a presença dos membros do Governo nas reuniões plenárias e das comissões”.

“Mas não vale a pena prometer milagres. Nem acreditar em demagogias”, declarou, preconizando ser necessária na Madeira “uma nova política centrada num novo quadro de crescimento económico, no progressivo desagravamento fiscal, na captação de investimento externo, na recuperação do emprego, na subida do rendimento disponível das famílias, no apoio aos cidadãos mais fragilizados, através de políticas de inclusão mais efectivas”.

Para Miguel Albuquerque, “passa, indiscutivelmente, em primeiro lugar, por uma trajectória inequívoca de sustentabilidade das finanças públicas”, reafirmando que o governo regional já está a preparar uma operação para a Madeira se financiar nos mercados no próximo ano.

O presidente do governo realçou ser também preciso

“romper com um conjunto de bloqueios que inibem o desenvolvimento integral” da região, apontando o caso dos “custos de transporte e acessibilidades que têm de ser reduzidos”, assumindo o princípio da continuidade territorial e a redução progressiva da carga fiscal.

“Não apontamos um caminho de facilidades”, salientou o líder regional, referindo que o programa do governo da região aponta “um conjunto de objectivos realistas, interligados entre si, capazes de assegurar à Madeira um caminho de crescimento económico e coesão social de acordo com as aspirações” dos madeirenses.

Resgatar a credibilidade da Madeira para ir aos mercados

“O nosso projecto é termos finanças públicas consolidadas que permitirão a Região regressar, já ainda este ano, aos mercados para obter financiamento autónomo”, declarou na sessão de abertura do Dia do Empresário organizado pela ACIF - Câmara do Comércio e Indústria da Madeira, que este ano decorre sob o lema “O Futuro da Madeira - Portugal no contexto europeu”.

Miguel Albuquerque revelou que o seu Governo está a trabalhar com o Instituto de Gestão da Dívida Pública para que a Região possa financiar-se no mercado depois de quatro anos a cumprir um Plano de Ajustamento Económico e Financeiro por causa de uma dívida pública superior a seis mil milhões de euros.

“Temos tudo preparado para anunciarmos - e penso que é uma boa notícia - a emancipação da Região relativamente a tutelas externas, que é um princípio fundamental para recuperação da nossa credibilidade, nossa notoriedade positiva no exterior”, disse.

O governante realçou que o programa Horizonte 2014 - 2020, com uma dotação de 815 milhões de euros para a Madeira, será, em parte, investido “rigorosamente” na requalificação das empresas e na formação profissional.

Miguel Albuquerque sublinhou ainda o IV Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira: “Uma grande vitória da Região e do País”.

O representante da República, juiz-conselheiro Ireneu Barreto, que encerrou a sessão, elogiou a coragem dos empresários ao considerar ser “um desafio” investir numa região insular como a Madeira.

“Aqueles que aqui investem sabem que o fazem numa região insular, com todos os custos daí inerentes, e que o pretendido retorno económico que, seguramente, visam obter, pode não ser imediato”, lembrou.

Ireneu Barreto manifestou a esperança que “num futuro que se deseja próximo”, a Região possa vir “a adoptar políticas de desagravamento fiscal, num quadro de entendimento com o Governo da República”.

A presidente da ACIF, Cristina Pedra, lembrou que, no plano nacional, o ano de 2015, é um ano de eleições, e, infelizmente por isso, pode ser um ano de muita retórica, demagogia e de inflamação política”.

“Os empresários e o país não aguentam que o próximo Governo que resultar das eleições do próximo mês de Outubro - seja ele qual for - tome posse e venha dizer que a realidade é bem pior do que esperava pelo que as alternativas passarão a aumentar impostos e cortar a despesa”, alertou.

A ACIF homenageou os empresários Muriel Ribeiro e José Banganho e as empresas Prebel e Polimáquina. O “Dia do Empresário Madeirense” envolveu ainda um debate sobre o “Futuro da Madeira - Portugal no Contexto Europeu”, completando-se com um jantar de gala.



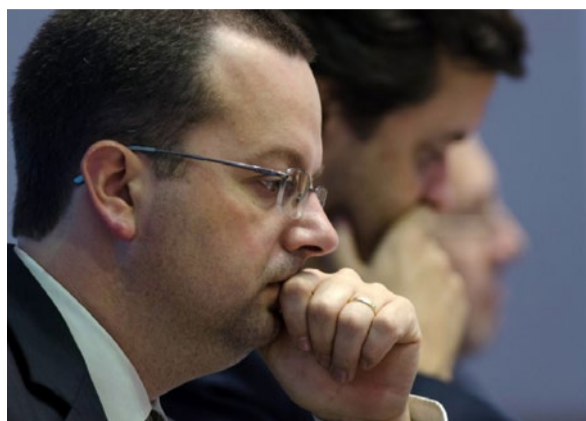
PSD/Açores lamenta que governo regional prejudique agricultores

O PSD/Açores lamentou as dificuldades que foram criadas pelo governo regional a muitos lavradores com a atribuição errada de ajudas comunitárias “em candidaturas referentes ao ano de 2012, no apuramento da majoração ao prémio vaca leiteira e aleitante quando coexistem na mesma exploração”.

Segundo o deputado social-democrata açoriano Renato Cordeiro, que falava no plenário durante a apresentação de um voto de protesto do PSD/Açores contra esta situação, por causa do erro do governo regional “muitos agricultores registaram um aumento nos rendimentos apurados, com implicações no pagamento de impostos”.

Neste momento, constatou, “apesar do governo regional ter dito que iria assumir as suas responsabilidades a verdade é que ainda ninguém sabe a forma como assumirá as suas responsabilidades”.

“A situação de devolução da quantia paga a mais em prestações ou por compensação em outros pagamentos pode ser uma possibilidade, mas na realidade assiste-se a uma situação de má-fé com o Governo Regional a praticar



a retenção do pagamento dos prémios da campanha de 2014, nas medidas bovinos machos e abates de bovinos a 30 de Abril”.

“A prova de irresponsabilidade, incompetência e enorme falta de respeito pelos produtores, foi de estes terem solicitado o pagamento em prestações, o qual foi

autorizado a alguns, a outros não e outros aguardam a resposta. Mas, mesmo assim, o pagamento destes foi também retido”, acrescentou.

“Cúmulo é ter como resposta num requerimento, o governo a afirmar que a devolução pode ser feita em prestações, e a senhora directora regional, num esclarecimento feito junto dos serviços de ilha, dizer que o respectivo “pagamento nunca poderá ser feito em prestações””, disse.

“O Governo mostra incompetência na forma como analisa as candidaturas, dá pelos “lapsos” tardiamente, prejudica os produtores nas suas deduções ao IRS, e aos que são lesados por sua culpa, não paga o que lhes é devido com dinheiro proveniente dos fundos comunitários”. “A má gestão e visível desentendimento dos responsáveis da secretaria é grande e prejudica quem deveria ajudar, o que nos leva a perguntar, enquanto isto acontece, quem assume a responsabilidade política de tanta incompetência”, finalizou.



Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

CAVACO SILVA AOS PORTUGUESES

SOMOS A GARANTIA DA ESTABILIDADE E DO PROGRESSO

(PÁGINA 2)

VIVE-SE UM CLIMA DE ESPERANÇA E DE CONFIANÇA NO FUTURO

(PÁGINA 3)



IMPORTANTES CONCLUSÕES DO II CONGRESSO NACIONAL DOS TSD

- **Uma estrutura aberta e comprometida com o movimento sindical**
- **Uma estratégia orientada pela preocupação do progresso, da justiça social e de uma nova prática sindical**

O II Congresso Nacional dos TSD constituiu, inequivocamente, um marco indelével na história da organização dos trabalhadores sociais-democratas, alicerçado num debate vivo e permanente onde a explanação das diferentes ideias conducentes ao reforço cada vez maior da componente social-demo-

crata no mundo laboral, esteve sempre presente. Foi o Congresso da consolidação e do crescimento da estrutura representativa de todos os trabalhadores sociais-democratas, de que resultaram as conclusões que publicamos nesta edição.

(Continua na pág. 10)

PSD membro de pleno direito da ELDR

Por unanimidade e aclamação, o X Congresso da Federação dos Partidos Liberais e Democratas Europeus, reunida em Catânia, na Sicília, aprovou a alteração da sua designação, na sequência da proposta formulada pelo Partido Social Democrata Português, para Federação dos Partidos Liberais, Democratas e Reformistas.

Comentando a decisão, o Presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD, Rui de Almeida Mendes, fez-nos o seguinte comentário: «Esta decisão histórica traduz o reconhecimento do carácter e dos ideais específicos que o PSD traz à Federação, como partido que defende as ideias reformistas para a sociedade portuguesa e, doravante, no plano europeu. A resolução traduz também o reconhecimento da Federação, que existe há já vinte anos, pela implantação do PSD como primeiro partido português bem como a perspectiva de adesão à Federação de outros partidos europeus que dela ainda não fazem parte, como é o caso do Partido Social Democrata Inglês.

No decorrer dos trabalhos, usaram da palavra, entre outros, o secretário-geral do PSD, Dias Loureiro, cuja intervenção publicamos na página 12.

O conflito Líbia-EUA

HÁ QUE PRESERVAR A PAZ

O PSD condena claramente o terrorismo qualquer que seja a sua proveniência e motivações. O grau de civilização em que vivemos e os valores que cultivamos não toleram tais práticas.

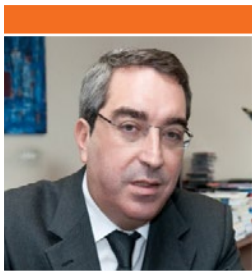
Não há nada que as justifique.

O conflito gerado entre a Líbia e os Estados Unidos prende-se na sua génese com esta problemática. Contudo, o PSD entende, como a generalidade dos partidos congéneres europeus, que os problemas políticos reclamam soluções políticas. E que há um valor fundamental a preservar que é o valor da paz.

Por isso, o PSD defende que ainda que o movimento terrorista internacional tenha de ser travado a todo o custo, importa também que se impeça uma eventual escalada de um conflito armado na zona do Mediterrâneo como em qualquer outra parte do mundo.

Lisboa, 15 de Abril de 1986

A Comissão Permanente do PSD



O Investimento Estrangeiro

Jaime Quesado (*)

Está em cima da mesa a discussão da Reforma do Estado. O Estado existe para servir os cidadãos e estes têm que se rever na capacidade positiva deste de legitimar uma relação de confiança essencial. Quando David Osborne nos fala da crescente oportunidade e necessidade de recolocar na agenda o “re-inventing the government”, está claramente a colocar a tónica num dos elementos centrais da modernidade competitiva das nações. Importa mais do que nunca reposicionar o Estado como “pivot” central da organização, monitorização e funcionamento adequado da nossa Sociedade e fazer com que os cidadãos se sintam perfeitamente legitimados numa relação de confiança validada por um Novo Contrato Social.

A reinvenção estratégica do Estado, enquanto “plataforma de centralidade” onde convergem as dinâmicas de qualificação dos diferentes actores sociais, ganhou hoje um paradigma que não se pode cingir às especificações operativas de mecanismos mais ou menos necessários de Governo Electrónico ou de ajustamentos organizacionais adequados a determinados posicionamentos conjunturais de orgânica interna. Se é importante, como Francis Fukuyama não pára de reiterar, a evidência da capacidade da sociedade civil protagonizar dinâmicas de liderança nos processos de mudança, não menos verdade é que compete ao Estado modelar a dimensão estratégica dessa mudança.

Há que fazer por isso opções. Opções claras em termos operacionais no sentido de agilizar a máquina processual e através dos mecanismos da eficiência e produtividade garantir estabilidade e confiança em todos os que sustentam o tecido social. Opções claras em torno dum modelo objectivo de compromisso entre governação qualificada central, geradora de dimensão estabilizadora e indução de riqueza territorial através da participação inovadora dos actores sociais. Opções assumidas na capacidade de projectar no futuro uma lógica de intervenção do Estado que não se cinja ao papel clássico, *de já-vu*, de correcção *in extremis* das deficiências endémicas do sistema mas saiba com inteligência criativa fazer emergir, com articulação e cooperação, mecanismos autosustentados de correcção dos desequilíbrios que vão surgindo.

Mais do que nunca se impõe neste tempo complexo um Novo Estado capaz de projectar no país uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e aposta na criatividade. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, o Novo Estado não pode demorar. Tem que se assumir como actor “perturbador” do sistema, induzindo na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação que lhe conferirá um desejado estatuto de centralidade e sobretudo de inequívoca liderança no processo de mudança em curso.

Um Novo Estado é um desafio à capacidade de mudança de Portugal. Porque o Novo Estado é um percurso possível decisivo na nossa matriz social, o sucesso com que conseguir assumir este novo desafio que tem pela frente será também em grande medida o sucesso com que o país será capaz de enfrentar os exigentes compromissos da Globalização e do Conhecimento. O Novo Estado tem que assumir dimensão global ao nível da geração de conhecimento, valor, mas também de imposição de padrões sociais e culturais. O Novo Estado tem que ser o grande Actor da Mudança que se quer para Portugal.

(*) Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



COIMBRA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Junho de 2015, (sexta-feira) pelas 22h00 na Casa Municipal da Cultura de Coimbra, sita na Rua Pedro Monteiro s/n, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação das contas da CPD e Secções do Distrito de Coimbra respeitante ao ano de 2014
- 3 - Análise da situação política

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coimbra, para reunir, no próximo dia 27 de Junho de 2015 (sábado), pelas

17h00, na sede sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 23h00.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche, para reunir, no próximo dia 05 de Junho de 2015, pelas 21h00 (sexta-feira) na sede, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Contas de 2014 e Orçamento de 2015
- 2 - Análise e discussão da situação política actual - nacional e local.

MANTEIGAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Manteigas, para reunir, no próximo dia 20 de Junho de 2015, (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua São João de Deus, nº 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da actual situação política
- 3 - Outros assuntos.

NÚCLEO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo do Centro Histórico do Porto para reunir no próximo dia 12 de Junho de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na Sede do PSD do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Análise da Situação Política

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Novas, para reunir, no próximo dia 09 de Junho de 2015, (terça-feira), pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Leitura, discussão e votação da acta da última Assembleia
- 2 - Análise da situação política local e nacional
- 3 - Análise/exposição do trabalho desenvolvido por todos os eleitos da estrutura local do PSD de Torres Novas nos diversos órgãos
- 4 - Sede/necessidade de obras de conservação

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Vedras, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Junho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua 9 de Abril, nº 1 - 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise situação política local e nacional
- 3 - Eleições Legislativas



(ALTERAÇÃO) ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Alcochete, para reunirem no dia 28 de Junho de 2015, pelas 16h00, na sede do PSD Alcochete sita na Rua do Paço nº 8 2890-062 Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa de Assembleia e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia da JSD Distrital de Setúbal, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 16h00 e as 18h00.

OURÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia de Ourém da JSD, para o dia 27 de junho de 2015, pelas 17h30m, na sede do PSD de Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia de Ourém.

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Ourém, sita na rua Carlos Vaz Faria de Almeida, 31 - 1º Dto, 2494 - 909 Ourém, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 17h30m e as 19h30m.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Ponte da Barca para reunir, a realizar no dia 20 de Junho de 2015, Sábado, pelas 21H30, no Auditório da Junta da União de Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas, sita na freguesia de Crasto, Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleições Legislativas 2015;
2. Análise da situação política local, distrital e nacional.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Vila Real para reunirem no próximo dia 26 de Junho de 2015, (Sexta-feira), pelas 20 horas, na Rua da Boavista, n.º 11 - 1.º em Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Vila Real.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Distrital de Vila Real, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Vila Real, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

As urnas estarão abertas das 20h00m às 23h59m.